

CENTRO GESTOR OP. SISTEMA PROTECAO AMAZONIA

Estudo Técnico Preliminar 35/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 60092.000013/2025-95

2. Descrição da necessidade

2.1. Tendo em vista a necessidade de manutenção das áreas verdes do Centro Regional de Belém, onde serão requisitados a prestação de serviços continuados, sob demanda, de manutenção e conservação de áreas verdes, limpeza de calçadas, sarjeta, pintura de meio-fio e aparar cercas vivas pequenas, incluindo o traslado de resíduos, com fornecimento de máquinas, equipamentos, veículos, ferramentas, materiais e mão de obra especializada.

2.2. As áreas verdes do CR-BE requerem manutenção periódicas, em virtude de serem muito extensas, distribuídas em toda área patrimonial. Para a conservação e manutenção das áreas há necessidade de contratações por demanda e requer conhecimento técnico para a perfeita adequação e uso de maquinário específico.

2.2.1. Entretanto, em virtude da carência de pessoal capacitado para execução deste tipo de serviço, somada à escassez de equipamentos de maior complexidade e visando a melhor qualificação e eficácia do apoio, torna-se necessária a contratação de empresa especializada, com pessoal capacitado para a realização de manutenção de áreas verdes.

2.3. É fundamental que o gestor responsável pela manutenção de áreas verdes esteja atento às necessidades de conservação e funcionamento das edificações do CR-BE, adotando ações preventivas e corretivas de forma planejada e eficiente. Com uma área total de aproximadamente 61.095,66 m² (sessenta e um mil, noventa e cinco metros quadrados e sessenta e seis décimos quadrados), e as áreas verdes (vegetação rasteira, arbórea de pequeno e médio porte) totalizam 39.375,41 m² (trinta e nove mil, trezentos e setenta e cinco metros quadrados e quarenta e um décimos quadrados), exigindo manutenção e limpeza frequentes em suas dependências, é essencial manter esses espaços bem cuidados para refletir positivamente na imagem do Centro Regional de Belém, demonstrando organização, zelo e compromisso com a qualidade e longevidade das áreas verdes.

2.3.1. Devido à importância desses serviços, faz-se necessária a sua contratação de forma contínua (por demanda periódica anual), em regime de execução indireta, pois não há recursos materiais e humanos no quadro de pessoal da Instituição para realização dessas atividades, que são fundamentais para que os servidores e colaboradores possam dar cumprimento à missão institucional do Centro Regional de Belém do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia sem interrupções.

2.4. A limpeza do terreno do CR-BE inclui desde serviços básicos como capina, roçada, retirada de detritos e folhas secas, corte de gramados, limpeza de sarjetas e meio-fio, até os serviços necessários indicados e acompanhados pelo fiscal da futura contratação, como cotes de arbustos, cercas vivas, procedendo ao descarte dos resíduos de forma ambientalmente adequada ao final de cada execução.

2.5. A falta desse serviço causa o crescimento exagerado da vegetação, fazendo com que a grama desapareça, propiciando o aparecimento de insetos, roedores, répteis e outras espécies de animais que podem tornar o ambiente inseguro, como também ocasiona uma imagem negativa para a Instituição. Além disso, comprometer a preservação das instalações prediais.

2.6. Cabe justificar ainda que os serviços a serem contratados serão realizados sob demanda considerando as observações das experiências adquiridas nas contratações anteriores, uma vez que se trata de serviços necessários periodicamente, no caso, bimestrais e trimestrais, portanto tal medida representa menos ônus e maior economicidade no valor contratual.

2.7. Os serviços, objeto desta pretensa contratação são caracterizados como comuns, conforme definição prevista no inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021: “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.

2.8. Benefícios da Contratação:

1. **Conservação e Valorização do Ambiente:** A introdução de vegetação adequada na entrada do Centro melhora a estética e contribui para a valorização do patrimônio público, demonstrando o compromisso do CR-BE com a preservação de um espaço acolhedor e sustentável.
2. **Ambiente Propício ao Bem-Estar:** A criação de áreas verdes oferece um ambiente mais confortável e atrativo, essencial para a qualidade do espaço externo, influenciando diretamente a satisfação dos usuários e favorecendo a qualidade de trabalho.

3. **Melhoria da Imagem Institucional:** Como área de grande visibilidade, a entrada representa a primeira impressão para visitantes e a própria comunidade. A revitalização desse espaço com aparência adequada, reflete positivamente a imagem institucional e o compromisso do CR-BE com a excelência e o cuidado com suas instalações.
- 2.9. Diante disso, a contratação dos serviços de manutenção de áreas verdes é necessária para garantir que o CR-BE mantenha um espaço adequado, bem cuidado e alinhado às melhores práticas de sustentabilidade e valorização do patrimônio público, impactando positivamente a percepção da comunidade interna e externa sobre a instituição.
- 2.10. Em suma, a contratação da manutenção de áreas verdes do Centro Regional de Belém traz diversos benefícios que vão desde a conservação do patrimônio até a melhoria da imagem institucional e do ambiente de trabalho. Ao contar com uma empresa específica, o CR-BE pode garantir a qualidade e eficiência dos serviços prestados, além de otimizar recursos internos e cumprir normas de segurança e ambientais.
- 2.11. **Referências Legais:**
- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
 - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
 - Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
 - Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022 - Regulamenta o inciso VII do *caput* do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o Plano de Contratações Anual e institui o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
 - Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022 - Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
 - Instrução Normativa SEGES/ME nº 05, de 25 de maio de 2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
 - Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;
 - Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022 - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital;
 - Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal;
 - Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022 - Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e funcional;
 - Orientações e Procedimentos nº 35, de 27 de janeiro de 2022 - Orientação sobre procedimento simplificado para estimar o valor preliminar da contratação para Plano de Contratações Anual;
 - Orientações e Procedimentos nº 37, de 30 de dezembro de 2022 - Orientações sobre o relatório de gestão de riscos do Plano de Contratações Anual – PCA;
 - Orientações e Procedimentos nº 39, de 05 abril de 2023 - Orientação sobre a edição de normativo interno fixando o processo de trabalho para elaboração e execução dos PCA's;
 - Portaria GM-MD nº 5.336, de 1º de novembro de 2023 - Dispõe sobre as orientações gerais para a disponibilização, para consulta, com acesso público, do inteiro teor dos autos dos processos administrativos eletrônicos que documentam as licitações ou contratações no âmbito do Ministério da Defesa; e
 - Resolução nº 10, de 04 de julho de 2024 - Aprova o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) do Censipam para o período de 2024-2027.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEADM-BE	IVETE DA SILVA FURTADO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Natureza e classificação dos serviços:

4.1. Os serviços contratados caracterizam-se de natureza comum, nos termos do artigo, 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que são oferecidos por diversos fornecedores e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão entre os serviços ofertados com base no menor preço e capacidade técnica (*expertise*), por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

4.1.1. Considerando o enquadramento acima e de modo a cumprir as determinações da Lei nº 14.133, de 2021, e da IN SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, o processo licitatório deve ser realizado na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço.

4.2. Os serviços, objeto desta contratação, são de natureza continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, em razão de sua essencialidade, indispensáveis ao CR-BE, pois atendem às necessidades permanentemente referentes à segurança, à saúde e ao conforto dos colaboradores, usuários e residentes, mantendo, assim, um ambiente adequado para os mesmos, onde uma eventual interrupção poderá comprometer a continuidade das atividades da Administração e elevar os riscos sobre o patrimônio público.

4.2.1. Ressalta-se que, os serviços objeto desta contratação não compõe o Catálogo Eletrônico de Padronização do Governo Federal, impossibilitando sua utilização, nos termos do art. 19, §2º da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Os serviços de manutenção de áreas verdes, de natureza continuada, são passíveis de execução indireta, uma vez que não se enquadram em nenhuma das hipóteses de vedação dispostas no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

4.4. Para fins no disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019, considera-se que o objeto da contratação constitui atividade de custeio, são diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como: *II - os serviços de conservação, limpeza, jardinagem, mensageria, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações.*

4.5. Os serviços serão prestados por pessoa jurídica com experiência no ramo de manutenção de áreas verdes (roçagem, limpeza e pintura de sarjetas, aparas de cerca vivas e árvores), devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade, segurança e respeito às normas trabalhistas exigidos neste instrumento e no futuro Termo de Referência.

Modalidade da Licitação

4.6. De acordo com o art. 28 da Lei nº 14.133/2021, são modalidades de licitação o pregão; a concorrência; o concurso; o leilão; e o diálogo competitivo. Tendo em vista que o art. 6º, inciso XLI estabelece que o pregão é modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, a licitação será realizada na modalidade pregão, tendo como critério de julgamento o de menor preço, o menor desconto, dentre outros.

4.6.1. A presente contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, cujo critério de julgamento será menor preço global.

4.6.2. O critério permite à administração pública realizar uma contratação que se adeque ao seu orçamento, assegurando a utilização eficiente dos recursos públicos, especialmente em tempos de restrições financeiras. Além disso, ao adotar o menor preço global, a administração estimula a competição entre os fornecedores, resultando em propostas mais vantajosas e na seleção de um prestador que atenda às necessidades específicas dos serviços.

4.6.3. A natureza contínua do serviço justifica ainda mais a escolha do menor preço global, pois permite à administração planejar e prever os custos totais ao longo do período contratual, garantindo a manutenção adequada do espaço verde sem surpresas orçamentárias.

4.6.4. Além disso, a utilização do critério de menor preço global facilita a avaliação das propostas, tornando o processo mais ágil e transparente, permitindo que a administração identifique rapidamente a proposta mais vantajosa. Essa escolha está também alinhada com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, que busca promover a eficiência e a economicidade nas contratações públicas, assegurando que a seleção do prestador de serviços respeite os princípios da legalidade, impessoalidade e eficiência.

Prazo de vigência da contratação

4.7. A duração inicial do contrato será de 3 (três) anos, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.1. Considerando que as atividades contratadas são de natureza continuada, podendo ser prorrogadas sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, é recomendável que o contrato a ser firmado tenha uma vigência inicial de 3 (três) anos, podendo ser prorrogado por interesse das partes.

4.7.2. Conforme determina o artigo 106, da Lei nº 14.133/21, a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observando as diretrizes de maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual; da existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção no início da contratação e de cada

exercício; podendo extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

4.7.3. Ainda em seu artigo 107, está previsto que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

4.7.4. O alcance da melhor solução tem relação direta com a atratividade para as melhores empresas em prestar o serviço para a Administração e o maior prazo de vigência, visto que propicia ao mercado um ambiente de segurança quanto à estabilidade contratual, permitindo melhor equacionamento e diluição dos custos indiretos em maior prazo.

Qualificação Técnico-Operacional

4.8. É indispensável a comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.9. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- Experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de serem ininterruptos.

Sustentabilidade

4.10. A contratada deverá se atentar aos critérios de sustentabilidade cabíveis, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 8ª Edição de outubro de 2025 e Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MPOG (dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências).

- A contratada deve conduzir suas ações conforme os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.
- É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.
- Os dirigentes e a equipe que prestarão os serviços deverão ser instruídos sobre a importância das políticas de sustentabilidade, tanto nos aspectos que regulem a interação do homem com a natureza em atividades cotidianas, visto que os recursos naturais são finitos, quanto na questão social, com atenção especial aos direitos trabalhistas e à proteção aos direitos humanos.
- É dever da contratada a promoção de cursos de educação, o aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para redução do consumo de papel, de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.
- É de total responsabilidade da contratada o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos, para que, da consecução dos serviços, não decorra qualquer degradação ao meio ambiente.
- É obrigação da contratada destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.
- A contratada deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que forem causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades.
- A contratada deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.
- A contratada deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho.
- Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de menor impacto ambiental.
- A contratada deverá observar a Resolução CONAMA nº 401, de 30 de maio de 2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.
- A contratada deverá utilizar pilhas e baterias recarregáveis para uso em equipamentos, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição.
- Também é necessário separar as pilhas e baterias dispostas para descarte, que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos e entregá-las ao contratante, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, para que estes adotem, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada, em face dos impactos negativos causados ao meio ambiente pelo descarte inadequado desses materiais. Esta obrigação atende a Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008.
- Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022.
- São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de funcionários no quadro da empresa.
- A contratada deverá adotar em sua gestão de pessoal uma abordagem humanizada, que respeita a dignidade do trabalhador e previna condutas que possam se caracterizar como assédio moral e/ou sexual.

4.11. Se forem utilizados produtos químicos na execução dos serviços, estes deverão estar devidamente registrados e liberados pelo Ministério da Saúde, conforme estabelece a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), além de pautar-se pelas demais normas vigentes.

4.12. Todos os rejeitos e entulhos provenientes do serviço deverão ser recolhidos e removidos do local e a contratada deverá providenciar o destino adequado, não podendo permanecer no local nenhum resíduo. Os detritos recolhidos, em nenhuma hipótese, poderão ser mantidos no local. A contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.12.1. Coletar, carregar, transportar e dar destinação final em local indicado pela Contratante ao entulho residual proveniente da manutenção, conservação e corte de áreas verdes, sob seu ônus e responsabilidade.

4.13. Os serviços contratados devem possuir critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais, insumos, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.

4.13.1. Para tanto, deverão obedecer a critérios e práticas de sustentabilidade do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União e do Manual Jurídico da Consultoria Geral da União, sem prejuízo das demais normas incidentes sobre o tema.

4.14. A contratação pretendida tem que esta alinhada ao Plano Diretor de Logística Sustentável (2024 - 2027) do Censipam, que é um dos instrumentos de governança, logo tem a função de assegurar os objetivos das contratações públicas, além de estabelecer a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão e entidade, considerando as dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Através do levantamento realizado concluiu-se que não há uma única solução no mercado para atendimento dos serviços de roçagem, capina de vegetação natural e gramados. Contudo, na realização desta etapa foram considerados alguns aspectos essenciais, sendo o principal deles a análise da necessidade do CR-BE, se contínua ou não, com base nas definições trazidas pela Lei nº 14.133/2021.

5.2. Assim sendo, verificou-se que o CR-BE possui a necessidade permanente de corte de grama, capina da vegetação do meio-fio e de locais onde não deveria haver plantas, bem como de aparas de cercas vivas, além de limpeza e pintura de meio fio e arruamentos, seja para limpeza ou contenção. Posto isso, uma contratação de serviços por escopo não seria suficiente, motivo pelo qual optou-se por considerar as seguintes soluções:

5.2.1. **Solução 1:** Serviço contínuo **COM** regime de dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e demais insumos necessários à execução dos serviços.

Descrição: Esse tipo de contratação é condicionada às regras e diretrizes da IN/SEGES/MP nº 05/2017, engloba juntamente com a mão de obra a disponibilização e fornecimento dos materiais inerentes à execução dos serviços. É adequada para tomadores de serviços que necessitem diariamente do serviço de manutenção de áreas verdes, pois o funcionário da empresa contratada fica à disposição nas dependências da contratante.

1. Por esse motivo, o contrato requer uma fiscalização mais completa, visto que a Administração responde solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado (§ 2º, art. 121 da Lei nº 14.133/2021).
2. Além do mais, a apuração dos valores da contratação se dá por planilha de custos e formação de preços, que mensura o valor mensal e anual do posto de serviço, qual seja, Jardineiro, CBO 6220-10. Assim, a Administração assume o compromisso de pagamentos mensais para a contratada, motivo pelo qual a demanda de serviço deve ser diária, para não incorrer em ociosidade do trabalhador vinculado ao contrato.

5.2.2. **Solução 2:** Serviço contínuo **SEM** regime de dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e demais insumos necessários à execução dos serviços, sob demanda.

Descrição:

1. Esse tipo de contratação também é condicionada às regras e diretrizes da IN/SEGES/MP nº 05/2017 e engloba os materiais, equipamentos e demais insumos inerentes à execução dos serviços. A diferença principal está na mão de obra alocada para execução dos serviços que, por sua vez, não permanece à disposição da contratante em suas dependências.
2. Assim sendo, é adequada para tomadores que necessitem do serviço de jardinagem com frequência mensal, bimestral, trimestral, semestral e/ou anual, ou seja, a necessidade é permanente, mas pode ser executada sob demanda.
3. Nesse caso, a Administração também deve acompanhar e fiscalizar o contrato, mas não responde solidariamente pelos encargos previdenciários, nem subsidiariamente pelos encargos trabalhistas.
4. Além disso, o valor da contratação pode ser estimativo, visto que há a prerrogativa de executar a totalidade dos serviços previstos no contrato ou não. Desse modo, a Administração paga apenas pelos serviços executados e não tem nenhuma despesa quando não requisita os serviços contratados.

5.2.3. **Solução 3: Execução direta dos serviços por equipes e equipamentos próprios do órgão público.**

Descrição:

1. Nesta alternativa, a própria Administração Pública realiza todas as etapas dos serviços com pessoal efetivo ou temporário e frota /equipamentos próprios. Isso exige investimentos em contratação, capacitação contínua, aquisição/manutenção de equipamentos (roçadeiras, tratores, EPIs, veículos de coleta), estruturação de controles internos, implementação de logística e regularização ambiental e trabalhista.
2. Opera com vantagens em relação à autonomia gerencial e eventual redução de custos em longo prazo, porém traz riscos de elevação dos custos fixos, defasagem tecnológica, maior exposição a passivos trabalhistas/ambientais, menor flexibilidade diante de oscilações na demanda e limitações operacionais por restrições orçamentárias e de pessoal.

5.2.4. Análise das alternativas existentes e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar:

Solução 1 - Vantagens:

- a.1. Ideal para tomadores de serviço com demanda diária de jardinagem;
- b.2. Possibilita a execução de atividades que envolvam ornamentação e paisagismo;
- c.3. Permite a manutenção de vasos e floreiras, rega e adubação de plantas;
- d.4. Possibilita o tratamento contra pragas.

Solução 1 - Desvantagens:

- a.1. A fiscalização administrativa do contrato é obrigatória, por isso demanda um número maior de servidores para acompanhar e fiscalizar a execução;
- b.2. A administração responde solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado;
- c.3. A contratação possui custo mensal fixo;
- d.4. Pode ocorrer ociosidade do trabalhador contratado, caso não haja demandas diárias para execução.

Solução 2 - Vantagens:

- a.1. Ideal para tomadores que necessitam dos serviços de jardinagem sob demanda;
- b.2. Adequada para a execução de serviços mais amplos e menos complexos de jardinagem;
- c.3. Indicada para tomadores que não possuem demandas de ornamentação, paisagismo e controle de pragas;
- d.4. Requer menor dispêndio financeiro, pois não contempla a manutenção de vasos e floreiras, rega e adubação de plantas;
- e.5. Existe um rol de atividades que podem ser requisitadas, mas apenas os serviços executados são pagos;
- f.6. A fiscalização do contrato é menos complexa, visto que a fiscalização administrativa não é necessária;
- g.7. A administração não responde solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas;
- h.8. Não há risco de ociosidade, visto que os funcionários da contratada trabalham nas dependências da contratante apenas quando a empresa é acionada.

Solução 2 - Desvantagens:

- a.1. Não contempla atividades relacionadas à ornamentação, paisagismo, rega, adubação e controle de pragas.

Solução 3 - Vantagens

- a.1. Maior autonomia gerencial sobre os serviços realizados;
- b.2. Possibilidade de eventual redução de custos em longo prazo;
- c.3. Desenvolvimento de conhecimento técnico interno;
- c.4. Controle direto da qualidade da execução dos serviços;
- c.5. Facilidade de customização dos processos conforme demandas específicas.

Solução 3 - Desvantagens

- a.1. Elevação dos custos fixos com pessoal e infraestrutura;

- b.2. Risco de defasagem tecnológica dos equipamentos e métodos;
- c.3. Exposição a passivos trabalhistas e ambientais;
- c.4. Menor flexibilidade diante de oscilações na demanda;
- c.5. Limitações operacionais devido a restrições orçamentárias e de pessoal.

5.3. Diante das vantagens e desvantagens enumeradas, bem como diante dos encargos e benefícios de cada uma das soluções, entende-se como formato mais adequado, técnica e economicamente, o apresentado pela **Solução 2**.

5.4. Essa escolha dá-se, especialmente, em razão da impossibilidade de se mensurar com exatidão a quantidade de vezes que o acionamento dos serviços será necessário, isso porque, quanto maior o índice de chuva, maior poderá ser a demanda, principalmente naquilo que se refere à capina e roçagem.

5.5. Por oportuno, alguns destes serviços, eventualmente poderão ser requisitados quando houver necessidade de antecipar a demanda por diversos fatores, como o clima ou espécies nativas de rápido crescimento e devido a controle biológico de pragas, proporcionando importante economia para o CR-BE.

Contratações públicas

5.6. Em consulta realizada ao portal Compras Governamentais, foram identificadas diversas licitações por entes públicos para contratação de serviços similares. Listamos algumas realizadas recentemente, a título exemplificativo, as quais utilizamos como referência para o delineamento da contratação, conforme a seguir:

UASG	Órgão	Número do Pregão	Data do Resultado
742050	Centro de Intendência Tecnológico da Marinha	90021/2025	25/04/2025
200008	Ministério Público Militar - DF	90021/2025	22/04/2025
262201	Esp-Depto. Estradas de Rodagem - DER	90129/2025	26/01/2026
158718	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	90029/2025	08/12/2025
925980	Ministério Público do Estado do Pará	90002/2026	03/02/2026

5.7. Ainda, de acordo com o levantamento de mercado, pode-se afirmar que há quantidade suficiente de empresas especializadas de modo que não se configura caso de oferta restrita.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Trata-se de serviços continuados, sob demanda, e sem dedicação exclusiva de mão de obra, podendo estender-se por mais de um exercício financeiro nos termos da Lei 14.133, de 2021.

6.2. Não haverá exigência de garantia contratual da execução devido os serviços serem sob demanda.

6.3. A empresa prestadora dos serviços deverá executar o objeto desse Estudo Técnico Preliminar mediante e-mail de início dos serviços enviado pela contratante, após levantamento prévio das áreas nas quais é imprescindível a realização dos serviços. A periodicidade será por demanda, com prazo de atendimento não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do e-mail de solicitação de serviço pela contratada.

6.4. Sempre que houver necessidade de acionamentos emergenciais para aparas de ramos que, após algum evento climático, passem a representar risco, após se espalhar pelas caçadas, o fiscal do contrato entrará em contato com a contratada, tendo a contratada prazo de até 10 (dez) horas para execução do serviço.

6.5. Os serviços solicitados possuem as seguintes descrições:

6.5.1. **Capina:** compreende o processo manual de erradicação de ervas daninhas retirando-se a planta em sua totalidade, removendo-se a maior porção de raízes. Incluem-se a retirada de vegetação dos calçamentos. Devem ser realizados o rastelamento e amontoamento do material cortado com transporte até o local adequado e limpeza final das áreas adjacentes.

6.5.2. **Roçada:** compreende o corte de vegetação acima do nível do solo à altura de 5 a 10 cm. Este corte poderá ser processado manualmente (em áreas restritas ou que apresentam interferências) e/ou mecanicamente. Devem ser realizados o rastelamento e amontoamento do material cortado com transporte até o local adequado e limpeza final das áreas adjacentes.

6.5.3. **Corte de grama:** compreende o conjunto de operações envolvidas no corte dos gramados, sendo a principal delas o corte superficial da folhagem reduzindo-a à altura de 3 a 5 cm e será executado mecanicamente ou manualmente em áreas de difícil acesso do equipamento mecânico. Devem ser efetuadas a limpeza das áreas retirando os materiais indesejáveis, pedras, minerais entre outros, por rastelamento, corte e refinamento do acabamento junto a meios fios e canteiros com remoção do material cortado e limpeza final das áreas adjacentes.

6.5.4. **Cortes de arbustos e cercas vivas:** compreende a retirada de arbustos e aparas de cercas vivas. Serão retirados os ramos que estejam mortos, danificados, doentes ou praguejados, bem como os que colocam em risco a segurança das pessoas. Devem ser realizados o rastelamento e o amontoamento do material cortado com transporte até o local adequado e limpeza final das áreas adjacentes.

6.5.5. **Limpeza manual e retirada de detritos e folhas secas:** compreende a coleta de entulho, lixo e/ou resíduos sólidos provenientes de árvores e outras plantas e dos serviços executados, incluindo sua remoção e esvaziamento no destino final. Inclui a operação manual de limpeza, recolhimento, ensacamento de todos os resíduos e seu encaminhamento para a destinação final.

6.5.6. **limpeza de calçadas, sarjetas e pinturas de meios-fios:** os meios-fios são elementos de concreto que delimitam a rua e a calçada, a pintura dos mesmos complementa a limpeza, sinalizando o trânsito e garantindo a segurança, sendo que a pintura dos meios-fios será executada por equipes específicas, após a varrição e o recolhimento dos resíduos. A limpeza das sarjetas consiste na retirada de resíduos que provocam a obstrução das águas pluviais, para limpar as sarjetas, pode utilizar uma pá, a colher de jardineiro ou de pedreiro.

6.6. A execução do objeto obedecerá a seguinte dinâmica:

6.6.1. Preparação:

6.6.1.1. A mobilização do canteiro (local estabelecido pela contratante para armazenar os equipamentos necessários ao serviço) consistirá no conjunto de providências a serem adotadas visando-se o início dos serviços, incluindo-se a localização, o preparo e a disponibilização no local, de todos os equipamentos, mão de obra, materiais e instalações necessários à execução do objeto do contrato. Está compreendido também o atendimento às exigências legais do Ministério do Trabalho e Emprego e às posturas municipais;

6.6.1.2. A desmobilização consistirá na desmontagem e retirada de todas as estruturas auxiliares e equipamentos do canteiro, bem como a reconstituição do entorno dos serviços, com a retirada dos resíduos provenientes do objeto deste contrato.

6.6.2. Execução dos serviços:

6.6.2.1. Executar a capina, roçada, corte de grama, de cercas vivas e limpeza de terreno nas áreas indicadas pela contratante;

6.6.2.2. Realizar a limpeza, retirada de arbustos, ramos secos das cercas vivas e remoção de ervas daninhas do gramado, bem como de todas as áreas com calçamento ou brita;

6.6.2.3. Os serviços poderão ser executados mecanicamente e/ou manualmente (em áreas restritas ou que apresentam interferências).

6.6.3. Finalização e limpeza:

6.6.3.1. Ao final dos serviços, a contratada realizará a remoção e descarte de todos os resíduos gerados, incluindo sua coleta, transporte e descarte de forma ambientalmente adequada;

6.6.3.2. O local deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza e conservação.

6.7. A prestação do serviço:

Item	Descrição	Quantidade por demanda	Unid.	Quantidade Anual de Demandas
1	Serviço de capina e limpeza manual de terreno, arbustos de variados tipos, roçada, limpeza mecanizada e rastelagem das áreas verdes, compreendendo a retirada de entulho. Incluindo a limpeza de vegetação nos bloquetes de calçamento das vias internas.	39.375	m²	6
2	Serviço de limpeza, raspagem de sarjeta e pintura de meio fio com caiação (proporção: 1kg de cal com fixador par 2l de água) com fornecimento de materiais.	2.700	m	4
3	Limpeza de calçadas (retirada de crosta de limo "lodo" das calçadas).	710	m²	4

6.7.1. Do dimensionamento da demanda

6.7.1.1. A limpeza, pintura e a manutenção das áreas verdes, que incluem desde serviços básicos como capina, roçada, retirada de detritos e folhas secas, corte de gramados, até serviços necessários indicados e acompanhados pelo fiscal da contratação como, combate às ervas daninhas, corte de arbustos, cercas vivas, procedendo ao descarte dos resíduos de forma ambientalmente adequada ao final de cada execução do serviço;

6.7.1.2. Os serviços serão realizados sob demanda, os quais serão requisitados de acordo como a necessidade da administração e por meio de abertura de chamado, encaminhado no e-mail da Contratada pela fiscalização do contrato;

6.7.1.3. O Órgão encontra-se numa área urbana, entre 2 (duas) avenidas de tráfego moderado e de fácil acesso, há uma carência no atendimento de transporte público, ficando a critério da empresa contratada a contratação de transporte aos seus colaboradores;

6.7.1.4. Observar importância da visita (vistoria), que tem como objetivo a análise do local onde serão prestados os serviços, para conhecimento de peculiaridades que possam vir a influenciar nos valores a serem ofertados;

6.7.1.5. Os serviços, objeto deste estudo técnico preliminar, serão executados no período diurno, de segunda a sexta-feira, no horário das 7 às 17 horas, conforme demanda programada, na sede do CR-BE, localizada na Avenida Júlio César nº 7060, Bairro: Val de Cães, Belém/PA, CEP 66.617-420.



6.7.2. Importante ressaltar

6.7.2.1. Os colaboradores devem sempre utilizar o protetor de roçagem (tela móvel) quando estiverem realizando suas atividades, para evitar acidentes com transeuntes e também para minimizar a necessidade de limpeza adicional;

6.7.2.2. Os colaboradores devem sempre armazenar ou reservar temporariamente os materiais fora das calçadas, locais de passagem de pedestres, rampas de acesso para cadeirantes e vagas de estacionamento;

6.7.2.3. Os colaboradores devem ter zelo com os materiais não os deixando espalhados pelo CR-BE, deixando-os protegidos de chuvas e ventos;

6.7.2.4. Vasos de plantas, quando houver, não devem ser colocados em acessos, dificultando a passagem de pedestres e cadeirantes;

6.7.2.5. É responsabilidade da Contratada viabilizar treinamento e garantir que os colaboradores saibam manusear, operar, atuar de forma econômica e eficiente nas suas atividades diárias, cabendo ao CR-BE apenas demandar os serviços e fiscalizar a execução;

6.7.2.6. Caso algum equipamento demande a utilização de energia, esta será requisitada pela Contratada, junto a fiscalização do contrato, sendo que a tomada/instalação/desinstalação elétrica de energia provisória deverá ser feita às expensas da Contratada;

6.7.2.7. Caso as máquinas e demais equipamentos sejam movidos à combustível, este deverá ser fornecido pela Contratada, sendo que este custo deverá ser considerado na proposta;

6.7.2.8. Toda a remoção, carga, transporte e descarregamento/descarte dos materiais resultantes da limpeza efetuada devem seguir rigorosamente as normas técnicas e legislação que regulamentam a matéria, em especial a NBR 10004:2004, bem como as legislações ambientais municipais que regulamentam o tema, sendo de inteira responsabilidade da Contratada a obtenção das informações necessárias para cumprimento deste item;

6.7.2.9. A contratada deverá observar as leis municipais relacionadas ao transporte, resíduos volumosos e demais leis vigentes sobre o objeto do edital, bem como as particularidades das quais cerceiam o descarte de resíduos amparados pelo edital, não cabendo reclamações posteriores;

- 6.7.2.10. Os serviços deverão ainda ser executados por profissionais qualificados e habilitados, sob a supervisão direta da empresa prestadora dos serviços, com fornecimento de ferramentas, equipamentos, maquinários e utensílios e para uso de produtos químicos, que deverá obedecer rigorosamente aos procedimentos recomendados pelos fabricantes e pelas demais normas vigentes;
- 6.7.2.11. Durante a execução do contrato a Contratada deverá respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências do CR-BE, devendo apresentar para a fiscalização uma relação e todos os funcionários, identificando-os com: nome e número de C.P.F. ou carteira identidade, os quais executarão os serviços, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil do início dos trabalhos;
- 6.7.2.12. Os empregados da Contratada deverão se apresentar uniformizados e portando documento de identificação para a realização dos serviços. Além disso, é indispensável sinalizar e delimitar a área de trabalho, utilizar equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), como por exemplo: redes de segurança ou tela de proteção, provisória e móvel, a fim de evitar que detritos e pedras possam ser projetados e provoquem acidentes pessoais ou patrimoniais nas dependências do CR-BE;
- 6.7.2.13. A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelos danos decorrentes da execução do serviço em razão da ação ou omissão de seus funcionários operacionais e/ou encarregados;
- 6.7.2.14. A empresa Contratada deverá também empregar equipamentos de boa qualidade visando um melhor desempenho e segurança na execução do serviço. Inclusive, deverá priorizar a utilização de equipamentos que emitam baixo ruído, devido à interferência nas atividades administrativas desenvolvidas no CR-BE, não sendo admitido o uso de sopradores e similares para retirada de folhas e detritos;
- 6.7.2.15. De forma geral, a Contratada deverá utilizar equipamentos que possuam tecnologia mais silenciosa (baixo nível de emissão de ruídos);
- 6.7.2.16. Durante a vigência do contrato a Contratada não poderá alegar em nenhuma hipótese, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato, edital, termo de referência, especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas, descrições e métodos da ABNT, outras normas pertinentes, ou outros documentos anexos ao instrumento convocatório;
- 6.7.2.17. Os funcionários vinculados à execução dos serviços deverão utilizar somente as instalações sanitárias do Centro, indicadas pela Fiscalização;
- 6.7.2.18. Quando autorizado pela Fiscalização do Contrato e desde que haja espaço adequado no Centro para refeição, os funcionários poderão almoçar nas dependências da instituição e, para tanto, utilizar o ambiente da copa, incluindo o microondas e geladeira, desde que mantenham o local limpo e organizado, não sendo disponibilizado pratos, talheres, copos, xícaras, etc;
- 6.7.2.19. Não é permitido passar a noite no CR-BE, bem como usar calçadas, pátio e salas para dormir durante o intervalo para almoço;
- 6.7.2.20. É proibido fumar nas dependências do CR-BE, conforme prevê o Art. 2º da Lei Federal nº 9.294/96: “Art. 2º É proibido o uso de cigarros, cigarilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo fechado, privado ou público.”;
- 6.7.2.21. É proibida a realização de filmagens ou fotografias no interior do CR-BE. Caso seja necessário o registro fotográfico do andamento dos serviços, deverá ser solicitada autorização à fiscalização para a sua realização;
- 6.7.2.22. Em caso de emergência em saúde pública a Contratada deverá seguir as recomendações emitidas pela Equipe de Fiscalização do CR-BE durante todo o período em que estiver presente nas instalações;
- 6.7.2.23. Caso algum funcionário da Contratada esteja com ou manifeste sintomas gripais ou qualquer outro tipo de doença contagiosa que possa ser transmitida pelo contato direto com as mãos, secreção ou objetos, entre outros, deverá ser imediatamente substituído das atividades, enquanto durar o período de transmissão;
- 6.7.2.24. A existência e a atuação da Fiscalização em nada diminuirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução dos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre em conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes, no Município, no Estado e na União.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A área verde do Centro Regional de Belém a ser abrangida pelo serviço soma 39.375,41 m² e foi estimada com base nas plantas e projetos arquitetônicos do Centro com a subtração da área construída, o que nos permitiu calcular a área verde existente, assim como a metragem do calçamento e do meio fio, o que resultou em 1.448,69 m² e 2.000,66 m².

7.2. Através de experiência dos contratos anteriores, chegou-se a conclusão de que não existe uma frequência fixa para a realização dos serviços de roçada, capina e corte de grama. A frequência com que os serviços serão necessários dependem de vários fatores, como clima, chuvas, temperatura, tipo

da grama, entre outros, sendo, portanto, mais frequente no verão e menos frequente no inverno. Dessa maneira, estimou-se a quantidade de execuções dos serviços no período de 12 (doze) meses, sendo possível utilizá-las conforme a necessidade do CR-BE.

7.3. Há previsão de até 6 (seis) demandas durante 12 (doze) meses de vigência do contrato, considerando que a necessidade de conservar e manter a vegetação dentro de parâmetros aceitáveis da demanda estimativa que o serviço seja realizado em intervalos máximos de 2 (dois) meses, assim como demandas a cada 4 (quatro) meses, com intervalo de 3 (três) meses, estimado por meio de observação da experiência obtida com os contratos anteriores, formalizado com demandas bimestrais e trimestrais, para a execução dos serviços, o que se mostrou totalmente satisfatório, considerando que a vegetação rebrota e pode ter seus efeitos mitigados sem prejuízos, nessa lacuna temporal. Nos demais serviços a execução trimestral se mostra factível, conforme abaixo:

Serviços continuados sob demanda do Termo de Contrato de Prestação de Serviços nº 20/2022

Item	Descrição	Quantidade por Demanda	Unid.	Quantidade Anual de Demandas
1	Serviço de capina e limpeza manual de terreno, arbustos de variados tipos, roçagem, limpeza mecanizada e rastelagem das áreas verdes, compreendendo a retirada de entulho. Incluindo a limpeza de vegetação nos bloquetes de calçamento das vias internas.	40.000	m²	6
2	Serviço de limpeza, raspagem de sarjeta e pintura de meio fio com caiação (proporção: 1kg de cal com fixador par 2l de água) com fornecimento de matéria.	2.700,00	m²	4
3	Limpeza de calçadas (retirada de crosta de limo “lodo” das calçadas).	550	m²	4
4	Poda de árvores e palmeiras de porte médio.	60	un	4

A pretensa prestação do serviço atual:

Item	Descrição	Quantidade por Demanda	Unid.	Quantidade Anual de Demandas
1	Serviço de capina e limpeza manual de terreno, arbustos de variados tipos, roçagem, limpeza mecanizada e rastelagem das áreas verdes, compreendendo a retirada de entulho. Incluindo a limpeza de vegetação nos bloquetes de calçamento das vias internas.	39.375	m²	6
2	Serviço de limpeza, raspagem de sarjeta e pintura de meio fio com caiação (proporção: 1kg de cal com fixador par 2l de água) com fornecimento de materiais.	2.700	m	4
3	Limpeza de calçadas (retirada de crosta de limo “lodo” das calçadas).	710	m²	4

7.4. Considerando as modificações com que vem passando a área patrimonial do Centro Regional de Belém - CR-BE, verifica-se a necessidade de complementação de serviços limpeza de calçadas, com a exclusão de item (item 4) não previstos no atual pretenso contrato. Assim sendo, a proposição dos itens listados na tabela acima.

7.5. É necessário ressaltar que, no terreno em que se encontra o Centro Regional de Belém, está instalado um Radar Meteorológico, com 812,44 m² e não será contemplada por essa contratação, portanto não deve haver intervenção na área delimitada:



8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 824.076,90

8.1. A estimativa do valor Anual é de **R\$ 274.692,30** (duzentos e setenta e quatro mil seiscientos e noventa e dois reais e trinta centavos), perfazendo o valor total para 3 (três) Anos de **R\$ 824.076,90** (oitocentos e vinte e quatro mil setenta e seis reais e noventa centavos) da contratação foi obtida por meio dos procedimentos dispostos na Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, sendo observadas as condições comerciais praticadas no mercado nacional para a solução escolhida para os serviços de manutenção e conservação de áreas verdes, limpeza de calçadas, sarjeta e pintura de meio fio do Centro Regional de Belém - CR-BE.

Item	Especificação	CATSER	Quant.	Unid.	Valor Estimado			
					Valor Unitário	Valor da Demanda	Quantidade demanda	Valor Total de Demanda
1	Capina e limpeza manual de terreno, arbustos de variados tipos, roçagem, limpeza mecanizada e rastelagem das áreas verdes, compreendendo a retirada de entulho. Incluindo a limpeza de vegetação nos bloquetes de calçamento das vias internas.	14044	39.375	m²	R\$ 1,03	R\$ 40.556,25	6	R\$ 243.337,50
2	Serviço de Limpeza, raspagem de sarjetas e pintura de meio fio com caiação, com fornecimento de materiais.	25194	2.700	m	R\$ 2,28	R\$ 6.156,00	4	R\$ 24.624,00
3	Limpeza de calçadas em concreto simples (retirada de crosta de limo (lodo) das calçadas).	18325	710	m²	R\$ 2,37	R\$ 1.682,70	4	R\$ 6.730,80
Valor Total Anual								R\$ 274.692,30
Valor Total para 3 (três) Anos								R\$ 824.076,90

8.2. A pesquisa de preços foi realizada com base na Instrução Normativa nº 65/2021 – SEGES/ME de 7 de Julho de 2021, onde se lê:

“Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização do seguinte parâmetro, empregado de forma combinada ou não:

- I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;*
- II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

8.3. Foi utilizado como método para obtenção do preço estimado a mediana dos valores obtidos, calculado o valor mediano e o desvio padrão, oriundos da pesquisa de preços apuradas na planilha analítica (SEI 8630071), de acordo com os parâmetros de que trata o Art. 6º da na Instrução Normativa nº 65 /2021 – SEGES/ME de 7 de julho de 2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

- 9.1. Embora o objeto em questão seja passível de parcelamento, os serviços de manutenção de áreas verdes devem ser prestados de forma integrada no mesmo local. Considerando a possibilidade de economia de escala e o fato de que a manutenção de múltiplos contratos seria excessivamente onerosa para esta Administração - especialmente diante da limitação de efetivo para fiscalização adequada - entende-se pela contratação unificada dos serviços.
- 9.2. Portanto, é notório que as empresas prestadoras deste tipo de serviço, estão preparadas para atender em um único contrato todos os serviços, o que não ocasionaria restrição da competição em caso de parcelamento e sim aumentaria o custo operacional. Esta simples análise nos leva a declarar a necessidade de não parcelamento do objeto, buscando otimizar a prestação dos serviços e garantir eficiência e ganho em escala.

9.3. Assim, o objeto não deverá ser parcelado, não sendo viável a sua divisão para execução por mais de uma empresa. O parcelamento da solução não é recomendável, devendo optar-se pela via alternativa, por ser o ideal no caso em tela, do ponto de vista da eficiência técnica, haja vista que assim o gerenciamento dos serviços permanecerá sempre a cargo de um único contratado, resultando num maior nível de controle dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

9.4. Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração e por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Em exame da natureza dos serviços que ora se pretende realizar nesta contratação, não se verifica interdependência destes com quaisquer outros, no sentido de condicioná-los a sua plena efetivação, ou seja, vindo a adquiri-los, estarão plenamente aptos a atender ao interesse público demonstrado no Documento de Formalização da Demanda - DFD e neste Estudo Técnico Preliminar - ETP.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada, para o exercício de 2026:

11.1.1. Plano de Trabalho Anual (PTA) 2026

- Órgão/Gestão: **110511/0001**
- Programa **6111** - Cooperação para o Desenvolvimento Nacional
- Ação Orçamentária: **20X4** - Manutenção e Aprimoramento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam
- Fonte: **1000** - Recursos Livres da União
- Plano Orçamentário (PO): **0007** - Funcionamento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
- Programa de Trabalho Resumido (PTRES): **228789**
- Natureza da Despesa: **33.90.39.78** - Limpeza e Conservação
- Código PTA/2025: **195/26** - Limpeza de áreas verdes (CR/BE)

11.1.2. Plano Anual de Contratações (PAC) 2026

- ID PCA no PNCP: **03277610000125-0-000006/2026**
- Data de publicação no PNCP: **10/06/2025**
- Id do item no PCA: **338 a 341**
- Classe/Grupo: **853** - Serviços de Limpeza / **547** - Serviço de Acabamento e Finalização dos Edifícios / **341** - Serviços Relativos à agricultura, Caça, Reflorestamento e Pesca
- Identificador da Futura Contratação: **110511-178/2026**

11.1.3. Plano Estratégico Institucional (PEI) 2024 – 2027

- Objetivo Estratégico: **6 (OE6)** - Promover melhoria contínua de processos e da gestão de materiais, de infraestrutura e de recursos humanos e financeiros
- **6IE4** – Aprimorar a qualidade de vida no trabalho

11.1.4. Plano de Logística Sustentável do Censipam (PLS) 2024/2027:

- **PD2** - Incentivar compras públicas sustentáveis para aquisição de materiais e para contratações de serviços e de investimentos.
- **PD5** - Observar as orientações gerais e práticas presentes nos modelos da Advocacia Geral da União relativas à licitações e contratos.
- **PD6** - Priorizar, nas aquisições e contratações governamentais, os produtos reciclados e recicláveis e os bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A pretendida contratação prestação de serviços continuados, sob demanda, de manutenção e conservação de áreas verdes, limpeza de calçadas, sarjeta, pintura de meio-fio e cortes de cercas vivas, incluindo o traslado de resíduos e o fornecimento de máquinas, equipamentos, veículos, ferramentas, materiais e mão de obra especializada, e ainda com a devida observância as recomendações aceitas pelas normas e legislações aplicáveis,

tem como objetivo garantir a manutenção das condições necessárias de trabalho, propiciando aos servidores, prestadores de serviço e visitantes um ambiente limpo e organizado para o efetivo desenvolvimento das funções institucionais e conservação do patrimônio público.

12.2. A necessidade de limpeza e conservação da área externa do CR-BE (manutenção das áreas verdes e calçadas) das dependências da instituição é uma necessidade visto que a própria ocupação de espaços pela atividade humana gera resíduos, bem como o uso de espaços que pela própria ação fisiológica precisam ser higienizados, além da ação de eventos naturais, como ventos e chuvas, que promovem acúmulo de limo, mato e sujeiras. Assim, caso não promovesse a contratação, a instituição deveria ter em seu quadro funcional servidores para essa atividade, utilizando de sua força de trabalho em atividades que não são finalísticas da instituição.

12.3. Trata-se de serviço essencial e sua interrupção pode comprometer a higienização das instalações do CR-BE e a saúde das pessoas, comprometendo o funcionamento regular da instituição, tornando-se imprescindível a contratação de empresa para execução dos serviços. Assim, a aludida contratação visa buscar a continuidade dos serviços que já vem sendo executados.

12.4. De uma forma geral espera-se um ambiente seguro, higienizado, limpo e aconchegante, que proporcione bem estar, conforto e maior produtividade para todos os usuários do CR-BE, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos (diminuição do consumo de água, energia elétrica) e melhor uso dos materiais e produtos, evitando-se assim a degradação das instalações do ambiente e o bom uso dos recursos orçamentários e financeiros.

Demonstrativo dos Resultados Pretendidos

12.5. Para um órgão público, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados continuados de manutenção de áreas verdes tem como principal objetivo alcançar os seguintes resultados:

- **Valorização Estética e Institucional:** A revitalização da área de entrada proporcionará uma aparência mais acolhedora e profissional, impactando positivamente a percepção da comunidade interna e externa, além de refletir a imagem de cuidado e valorização do patrimônio público.
- **Ambiente Conducente ao Bem-Estar:** A criação de áreas verdes contribui para um ambiente mais agradável, promovendo o bem-estar e a satisfação de servidores, terceirizados e visitantes. Esse ambiente estimula a permanência e o engajamento dos usuários no CR-BE.
- **Preservação e Manutenção Preventiva:** A implementação de grama e árvores ornamentais, diminui a necessidade de manutenção frequente, protegendo o solo contra erosão e o crescimento desordenado de ervas daninhas.
- **Sustentabilidade e Contribuição ao Clima Local:** A adição de vegetação ajuda a controlar a temperatura ao redor das edificações e melhora a qualidade do ar, contribuindo para práticas de sustentabilidade e benefícios ambientais para a comunidade.
- **Otimização de Recursos Públicos:** Ao terceirizar, o órgão busca otimizar seus recursos, evitando a necessidade de contratar, treinar e gerenciar uma equipe própria de limpeza. Isso libera o órgão para focar em suas atividades-fim, transferindo a responsabilidade operacional e de gestão da limpeza para a empresa especializada.
- **Flexibilidade e Agilidade:** A terceirização oferece flexibilidade para ajustar a demanda dos serviços conforme a necessidade do órgão, seja por eventos especiais, períodos de maior ou menor fluxo de pessoas, ou mudanças na estrutura física, sem que o órgão precise se preocupar com remanejamento de equipe.

12.6. Esses benefícios refletem o compromisso do Centro Regional de Belém com a excelência em infraestrutura e com a oferta de um ambiente agradável e funcional para todos.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. O órgão já possui ambiente adequado para a prestação dos serviços, sendo desnecessária qualquer alteração e/ou adequação.

13.2. Sugere-se ao licitante a vistoria prévia ao fornecimento da proposta, quando da licitação. Como cada espaço a ser trabalhado é único e possui variações em suas especificidades, entende-se por necessário que a empresa proponente proceda a verificação do local de execução dos serviços.

13.2.1. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

13.2.2. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

13.3. Será designada a equipe de gestão e fiscalização para o contrato de prestação de serviços continuados de manutenção de áreas verdes.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação em tela envolve atividades que podem estar associadas ao uso de recursos ou produção de resíduos associados a impactos ambientais. Assim, a prestação do serviço deve ocorrer em observância ao Instrução Normativa MPOG nº 01/10, no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, atualizado em Outubro/2025, 8ª edição. O guia estabelece a implementação de critérios, práticas e ações de 36 de 38 logística sustentável no âmbito da Administração Pública Federal, como também, Plano Diretor de Logística Sustentável do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - PLS/Censipam 2024 - 2027. O plano apresentado neste documento, ressalta o compromisso com a

monitoração e a avaliação constantes do impacto das iniciativas de sustentabilidade, visando aprimorar continuamente as práticas e cultivar uma cultura organizacional que promova a proteção ambiental.

14.2. O artigo 1º da Resolução CONAMA nº 001 de 23 de janeiro de 1986, versa sobre o impacto ambiental é definido como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e a qualidade dos recursos ambientais.

14.3. As boas práticas sustentáveis promovidas pela Administração Pública que envolvem otimização de recursos, redução de desperdícios e redução dos índices de poluição pautam-se em alguns pressupostos e exigências que deverão ser observados pela Contratada, tais como:

14.3.1. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

14.3.2. Fazer uso racional de água e energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício;

14.3.3. Observar, no que diz respeito à poluição sonora, se os seus equipamentos que necessitam de Selo Ruído ou documento equivalente que indique o nível de potência sonora, medido em decibel Db(A), conforme Resolução CONAMA n.º 20, de 7/12/1994, em face do ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição e a utilização de tecnologias adequadas e conhecidas que permitam atender às necessidades de redução de níveis de ruído;

14.3.4. Os materiais e produtos eventualmente empregados nos locais de prestação dos serviços deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2. Os produtos químicos eventualmente utilizados na execução dos serviços deverão estar devidamente registrados e liberados pelo Ministério da Saúde, conforme estabelece a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) RDC 52, de 22/10/2009. Os produtos fornecidos deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento. Além disso, os produtos fornecidos não deverão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

14.3.5. Quanto aos resíduos:

a) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

b) Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.

14.4. As proponentes deverão ainda observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação, tanto no processo de extração das matérias-primas utilizadas, como na fabricação, utilização, transporte e descarte dos produtos e matérias-primas, inclusive quanto a observância do anexo I da Instrução Normativa (IBAMA) nº 06 de 15 de março de 2013 no caso de itens enquadrados como atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, caso em que poderá ser solicitado certificado de sustentabilidade ambiental.

14.5. Só será admitida a oferta de produto cujo o fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei 6.938, de 1981 e Instrução Normativa do IBAMA nº 31 de 03/12/2009.

14.6. Desse modo, a contratada deverá observar todas as normativas descritas no presente estudo relacionadas aos Critérios de Sustentabilidade, assim como as demais diretrizes previstas no Termo de Referência, relacionadas aos padrões de desenvolvimento nacional sustentável, visando mitigar eventuais impactos ambientais.

14.7. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. O presente planejamento atende adequadamente às demandas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

15.2. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos os serviços propostos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Integrante Técnico

CARLOS AUGUSTO REIS RODRIGUES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 17/03/2026 às 13:35:18.

Despacho: Integrante Administrativo

FABIO RENATO DE MENDONCA ALBUQUERQUE

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 17/03/2026 às 13:27:49.